

EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS

SCHOOL SEX EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF
IMPLEMENTING PRACTICES IN THE EDUCATION NETWORK OF THE
MUNICIPALITY OF TIJUCAS

Lívia de Melo Schmitt¹

Roberto Wöhlke²

RESUMO

Trata-se de um trabalho que tem como metodologia o relato de experiência de uma integrante do Projeto de Extensão Ciranda, ao abordar educação sexual em escolas do município de Tijucas. O estudo tem como objetivo avaliar de que forma a educação sexual está sendo aplicada no município, visando a identificar/propor práticas pedagógicas eficazes que facilitem aos educadores a abordagem da educação sexual, garantindo o acesso de um ambiente educativo crítico e saudável, relatando nove intervenções da autora nas escolas. Nesse sentido, foi possível perceber alguns desafios em relação a entrada de projetos como este no ambiente escolar, assim como a lida dos professores com esse assunto e as dificuldades dos alunos em identificar suas partes do corpo e violações. A pesquisa ainda sugere a realização de estudos com profissionais da educação para entender seus desafios e receios ao lidarem com educação sexual.

Palavras-chave: educação sexual; escola; sexualidade.

ABSTRACT

This work is based on the experiential report of a member of the Ciranda Extension Project, addressing sexual education in schools in the municipality of Tijucas, Brazil. The objective is to evaluate how sexual education is being applied in the municipality of Tijucas, in order to identify/propose effective pedagogical practices that facilitate educators' approach to sexual education, ensuring access to a critical and healthy educational environment. The work reports on 9 interventions by the author in schools, and in this sense, it was possible to perceive some challenges regarding the entry of projects like this into the school environment, as well as the teachers' handling of this subject and the students' difficulties in identifying their body parts and violations. The research also suggests conducting studies with education professionals to understand their challenges and concerns when dealing with sexual education.

Keywords: school; sexual education; sexuality.

¹ Estudante de Psicologia (Univali) e Serviço Social (UFSC). Email: liviamelo.schmitt@gmail.com

² Professor da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais (Univali). Advogado, Cientista Político, Mestre em Sociologia Política (UFSC). Email: wohlke@univali.br

INTRODUÇÃO

A sexualidade e todos os conteúdos que a envolvem são tratados como tópicos sensíveis e pouco abordados no cotidiano de crianças e adolescentes, tanto dentro de casa quanto em mecanismos de políticas públicas, como o caso da escola. Essa realidade ocasiona mitos, medos e receios, podendo tornar-se um inimigo tratando-se de prevenção e enfrentamentos de violências, como o abuso sexual.

A violência sexual possui dados alarmantes, como os disponíveis no Boletim epistemológico do Ministério da Saúde, publicado em 2023, que apontam os casos notificados em 2021, sendo 35.079 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes – 14.009 contra crianças e 21.070 contra adolescentes. Os dados ainda demonstram que a residência das vítimas é o local de maior ocorrência dessa violação, correspondendo a um percentual de 70,9% dos casos de violência sexual contra crianças de 0 a 9 anos de idade e de 63,4% dos casos contra adolescentes de 10 a 19 anos, por fim é possível afirmar que os familiares e conhecidos são, em sua maioria, os agressores, sendo 68% e 58,4% em violências contra crianças e adolescentes respectivamente.

Partindo para um contexto histórico, é importante ressaltar que a educação sexual nas escolas desde o princípio foi moldada pela repressão à liberdade sexual e a práticas higienistas com base em crenças religiosas, dessa forma perpetua-se até a atualidade grandes resistências em trabalhá-la no ambiente escolar (Barbosa; Bonfim, 2023; Franco-Assis et al., 2021).

Tratando da educação como política pública, em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que serviu como orientação para, posteriormente, em 1997, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento que aspirava orientar as escolas na construção das propostas pedagógicas.

A chamada “orientação sexual” fazia parte do tema proposto por este último documento, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e exercício de sua prática sexual atrelada ao prazer, saúde e responsabilidade. De forma transversal, ou seja, passado por todas as disciplinas, esse conteúdo deveria ser compartilhado. Destaca-se, no entanto, que os PCN são propostas e não determinações, nesse sentido, não são dadas orientações de uma prática pedagógica que se padronize em relação à abordagem e estratégias de ensino.

A partir de movimentações políticas iniciadas em 2004, o chamado movimento Escola sem Partido, com 60 projetos de lei que foram associados para tramitação no congresso nacional e nas assembleias legislativas, aspirou reprimir o que se intitula de “doutrinação política e ideológica dos estudantes”. Foi solicitada, então, a exclusão do termo “orientação sexual” do Plano nacional de educação e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proposta pelo Ministério da Educação (MEC) somente em 2017.

O movimento denunciou uma possível doutrinação no âmbito escolar, objetivando proibir diferentes pontos de vistas sobre questões políticas e assuntos que direta ou indiretamente envolvem a sexualidade.

Com justificativa de que pretendem respeitar o direito exclusivo dos pais sobre a educação moral, sexual e religiosa dos filhos, o ESP disponibiliza, na internet, uma notificação extrajudicial, que pode ser preenchida pelos pais e entregue na escola como meio de processar os professores que abordarem, por exemplo, sexualidade, gênero e diversidade sexual (Figueiró, 2018, p. 235).

Conforme as afirmações de Gadotti (2016), o movimento Escola sem Partido foi fundado pelo procurador do Estado de São Paulo, Dr. Miguel Nagib. Segundo esse movimento, os professores eram um exército de militantes em favor da “doutrinação marxista, esquerda”. Com isso, estimulava-se o processo contra os professores que estavam supostamente doutrinando seus alunos.

O referido movimento vem sendo freado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), por meio da resolução n. 7/2017, que se refere ao posicionamento do Conselho na garantia de direitos e livre debate sobre gênero e sexualidade humana em âmbito escolar (Brasil, 2017).

Destaca-se, ainda que a BNCC, documento que vale para todo território brasileiro, proposto pelo MEC em 2017, silencia-se em relação à educação sexual, demonstrando que o processo histórico de luta de reivindicação da educação sexual escolar é perpetuado por um processo de ganhos e perdas.

Partindo dessas perspectivas, o município de Tijucas/SC enfrenta dificuldades em relação a como a educação sexual é incorporada dentro do universo escolar, como os demais municípios brasileiros. Desse modo, o presente trabalho pretende avaliar as propostas didático-pedagógicas de como o tema é trabalhado no sistema de ensino do município, para identificar/propor práticas pedagógicas mais eficazes.

Assim, trata-se de um relato de experiência sobre as intervenções realizadas nas escolas do município de Tijucas, em que a autora participou, discorrendo sobre seu relato e percepções acerca do tema. Torna-se imprescindível o destaque que as intervenções só foram possíveis através do projeto de extensão Ciranda, realizado por meio da Universidade do Vale do Itajaí atrelada ao Projeto Saúde nas Escolas (PSE).

O projeto Ciranda visa à prevenção à violência infantojuvenil, sobretudo do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes do município de Tijucas, por meio de atividades pedagógicas com a população infantojuvenil. Já o Projeto Saúde nas Escolas pertence a uma iniciativa federal de política intersetorial da Saúde e da Educação, instituído em 2007 pelo decreto Presidencial n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

Para dar fim ao tópico introdutório da pesquisa, discorre-se sobre o aspecto horizontal de construção de um indivíduo crítico que a educação sexual se propõe, relação essa para além do biológico, este que também possui sua importância, mas não se delimita a isso. Trata-se, então, de um processo educativo que diz respeito à cidadania e aos direitos humanos, valores estes propostos por documentos normativos da educação.

A importância desta metodologia dentro do espaço escolar está associada ao tempo em que crianças e adolescentes passam dentro desse mecanismo de ensino escolar, sendo o segundo ambiente em que a criança passa a maior parte do tempo, assim, a escola deve exercer práticas de prevenção e identificação de diferentes violências (Barbosa; Bondim, 2023; Silva, 2018).

Ressalta-se, ainda, que a escola é um dos mecanismos do Sistema de Garantia do Direito da Criança e do Adolescente, que foi fundamentado a partir da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Esse sistema foi reiterado em 2006 a partir da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, que assinaram conjuntamente a Resolução n. 113, que dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia da Criança e do Adolescente (SGDCA). Nesse sentido, destaca-se:

Art. 2º Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações (Brasil, 2006).

A partir desse pressuposto, lança-se a escola como um mecanismo de grande importância em relação à política de promoção aos direitos da infância e da adolescência, assim como afirma Figueiró (2018): a educação sexual é um direito do indivíduo de reconhecer os atravessamentos da sexualidade, dos limites dos corpos, da consciência sobre o seu corpo, da expressão de sentimentos, dúvidas e angústias relacionadas direta ou indiretamente à sexualidade.

A educação sexual, além de promover uma relação saudável do indivíduo consigo, dos limites em relação ao outro, também permite a construção de um olhar crítico, colaborando, dessa forma, para prevenção e identificação de violências. Nesse sentido, como destacado por Cortella (2014), educação sexual precisa fazer sentido, precisa estar atrelada aos processos reais do cotidiano do educando, saindo da forma de conteúdos abstratos e partindo para reflexões do concreto.

METODOLOGIA

A metodologia proposta para este trabalho trata-se do relato de experiência, uma produção de conhecimento que tem como objetivo relatar uma vivência acadêmica ou profissional. Ainda, Mussi (2021) evidencia que “na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica” (Mussi, 2021, p. 65).

Para isso, documentos da política de educação e autores que abordam o tema “educação sexual” foram utilizados, dando maior ênfase para psicólogos e pedagogos. A análise se dará por meio da análise temática de Bardin (2016), que categoriza os dados e possibilita a identificação de padrões do objeto a ser estudado.

Nesse sentido, o projeto realizou intervenções nas escolas do município de Tijucas/SC, em maio de 2024. Assim, neste trabalho, serão relatadas nove intervenções realizadas em duas escolas para os alunos do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental. Este recorte condiz com a disponibilidade da pesquisadora frente à demanda daquele momento, evidenciando que no projeto participam outras duas integrantes, que também realizavam intervenções.

A partir disso, a duração das intervenções era de, em média, 30 minutos, disponibilizados pelas organizações. Das nove intervenções, cinco foram feitas com alunos da primeira série do ensino fundamental, duas com a segunda série e outras duas com a terceira série.

Dentre as atividades está a contação de história, chamada “Segredos de Joana”, demonstrado através de cartazes figurados sobre a história de uma criança que ficava sozinha em casa enquanto sua mãe trabalhava, seu vizinho a visitava de forma frequente para ver TV e fazer “brincadeiras”, que a menina não gostava, insinuando uma violência sexual. Ao fim do dia, o vizinho ia embora e pedia para que ela guardasse o segredo; a menina obedecia e, algum tempo depois, começou a demonstrar sinais de tristeza que preocuparam sua mãe.

A partir dessa história, foi possível construir com os alunos um contexto sobre o que estava acontecendo com Joana, a relação de segredos bons e ruins, limites do corpo, toque bom e ruim e a relação com o adulto de confiança.

Com uma segunda atividade, chamada “vamos falar sobre o corpinho?”, foi possível perguntar aos alunos o que seriam partes íntimas, posteriormente, explicar que é tudo aquilo que fica debaixo da roupa íntima, intitulada de “calcinha,” “cueca” e “sutia”. A partir disso, é imprescindível a pergunta “quem poderia tocar e ver?”; depois a explicação que somente os pais ou responsáveis poderiam, em forma de cuidado e questões de higiene, além disso, o alerta que se eles já conseguem tomar banho sozinhos ninguém poderia ficar olhando. Com essa atividade, é viável construir a delimitação do espaço do seu corpo e do outro, a relação do toque bom e ruim, o adulto de confiança e relação de cuidado.

Outra atividade proposta foi a atividade do Farol, em que é possível concentrar os alunos em roda em volta de duas figuras, uma masculina e outra feminina, a eles são entregues bolas vermelhas, amarelas e verdes. Com isso, os alunos devem colocar as bolinhas vermelhas em locais que não podem ser tocados por outras pessoas, amarelas para os locais de atenção e verde para locais que não despertam perigo.

Depois que os alunos colocam as bolas nos locais, é direcionada a explicação sobre as partes íntimas e o porquê é preciso ter cuidado; logo em seguida, colocam-se as bolinhas nos lugares corretos. A partir disso, é interessante perguntar para quem eles poderiam pedir ajuda caso alguém fizesse alguma “brincadeira”, tocasse em algum dos lugares em vermelho e em laranja, ou que pedisse segredo sobre essas atitudes. Com essas atividades, é possível delinejar sobre limites do corpo, segredos bons e ruins, além de proporcionar o debate sobre a rede de proteção dessa criança.

A quarta e última atividade proposta trata-se da exibição de figuras e perguntas sobre o que viam, a fim de construir uma discussão frente a elas. Nesse sentido, imagens de abraços, beijo no rosto, um adulto com a mão em cima da coxa de uma criança, entre outras, podem ser utilizadas. Com essa atividade, além do conceito de toque bom e ruim, limites do corpo e do outro, também é possível discutir sobre a autorização do toque físico, por exemplo, se você quer dar um abraço ou receber um beijo na bochecha, é possível discutir sobre pedir permissão para encostar em alguém.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação às intervenções, sempre que a pesquisadora adentrava em uma nova sala, existia uma conversa prévia com a professora responsável para entender se os alunos já tinham tido contato com o conteúdo; frequentemente, a resposta era negativa, apenas três professoras explicaram que estavam entrando no tema com alunos por ser Maio Laranja, fazendo menção à campanha e mobilização nacional sobre o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nessas salas em específico, as crianças demonstraram mais clareza em relação aos limites do corpo, o que são partes íntimas, segredos bons e ruins, toque bom e ruim.

Em relação à primeira atividade, descrita anteriormente, as crianças, frequentemente, tinham dificuldades para interpretar sobre a violência que havia acontecido com Joana, questionavam do porquê era errado daquele vizinho fazer as visitas à menina, se ele não era uma pessoa desconhecida para ela.

Nesse contexto, é possível perceber como crianças não identificam conhecidos como potenciais agressores, fazendo referência, nesse momento, aos dados do Boletim Epistemológico apresentados no momento introdutório a este trabalho, dados esses que evidenciam que familiares e conhecidos são maioria em relação aos agressores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim, crianças e adolescentes podem estar em grande risco ao não tratar dessas discussões dentro da escola.

Durante a segunda atividade, era comum que as crianças não conhecessem o nome das partes do corpo ou chamavam por apelidos, muitas vezes, só apontavam para onde elas ficavam. Ainda existiam momentos em que eles ficavam confusos sobre o que eram partes íntimas.

A partir dos apontamentos de Rocha (2024), os nomes corretos das partes íntimas do corpo, comumente, são usadas de forma inadequada, chamando-as de “feias” e “sujas”, dentre outros adjetivos, sendo ainda comum relacionar o nome com o próprio ato sexual em si.

Com essa referência, pode-se perceber como, ao passar do tempo, diferentes indivíduos recebem uma educação sexual inadequada. Aqui, a palavra “recebem” é utilizada, porque a educação sexual é passada de uma forma ou outra. A partir dos ensinamentos de Figueiró (2018), de alguma forma, aprende-se sobre corpo, sexo e sexualidade, sendo esse assunto reprimido ou não, havendo silêncio ou diálogo, fuga ou enfrentamento. Ou seja, a partir de como o assunto é oferecido, ele será moldado por uma visão sobre o tema, nesse sentido, muitas vezes, essa posição ensina que é algo que não deve ser falado, que é um assunto proibido e, ao transmitir essa postura para crianças e adolescentes, é também excluído o espaço para que elas possam expressar seus medos e anseios sobre a sexualidade.

A terceira atividade, geralmente, era feita posteriormente a alguma das outras, ou seja, já existia uma certa compreensão sobre os limites do corpo, segredo bom e ruim, o reconhecimento das partes do corpo, em especial, as partes íntimas. Dessa maneira, a identificação das partes do corpo e o risco do toque era facilitado, porém algo relevante a ser considerado é que, quando questionados sobre a rede de proteção, para quem eles poderiam relatar uma violência, por exemplo, a escola, em nenhuma das nove turmas, foi mencionada pelos alunos, o que demonstra que eles não percebem a escola como um mecanismo de proteção e acolhimento.

Com esse apontamento, a discussão sobre a escola enquanto um mecanismo de proteção se inicia, identificando, primeiramente, que este mecanismo está dentro do Sistema de Garantia do Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA), como já mencionado introdutoriamente.

Esse sistema conta com o desenvolvimento de ações articuladas entre mecanismos públicos ou da sociedade civil, sendo dividido em três eixos: promoção, controle e defesa. A escola está dentro do eixo promoção, que “está ligado a política de atendimento, estão vinculados os responsáveis por formular, executar e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, por meio de políticas sociais públicas e transformá-las em ação” (Bressan, 2016, p. 5).

Assim, demonstra que a escola é muito mais que um ambiente conteudista, é um espaço de educação social, de enfrentamento a violências e a busca incessante de acesso a direitos. Nesse contexto, a educação sexual dentro desses espaços é de extrema importância identificando que se trata de um direito como afirmado por Figueiró (2018), direito deste indivíduo conhecer-se, identificar todos os aspectos que envolvem a sexualidade, podendo prevenir diferentes violências.

A partir dessas referências, aos alunos não identificarem a escola enquanto protetiva e acolhedora, significa dizer que alguns dos objetivos desse mecanismo – proteção, enfrentamento de violências e acesso a direitos – não são alcançados, desse modo questiona-se de que forma a escola está acolhendo, se está acolhendo, além disso, quais as atitudes de proteção estão sendo tomadas dentro desse ambiente, já que os alunos não o percebem assim.

Na última atividade proposta, os alunos demonstravam dificuldades de identificar os sentimentos ruins das figuras. Além disso, demonstravam-se confusos sobre a permissividade, ou seja, em muitos momentos, traziam que não poderiam receber toques de estranhos, mas de conhecidos e familiares, sim, demonstrando novamente os dados do Boletim Epidemiológico.

Tijucas, e possivelmente outros municípios do território brasileiro, possui impasses da entrada de projetos de educação sexual nas escolas, como o caso do Ciranda. O projeto só foi possível ser implementado nas escolas por meio do PSE e no período de maio em que a campanha Maio Laranja, que visa a combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, toma maior visibilidade.

A locomoção até as escolas dependia do carro da prefeitura destinado à secretaria de saúde, o que, comumente, ocasionava que as oficinas não ocorressem, porque o carro estava sendo usado para outro fim. Muitas vezes, foi observado o descaso na realização de um projeto como esse que possui grande impacto na identificação e prevenção a violências.

Para finalizar essa breve discussão, exemplificam-se maneiras em que a educação sexual deve ser abordada dentro de espaços escolares, evidenciando que ela deve propor um espaço de acolhimento por meio de um diálogo aberto e claro, demonstrando a importância do assunto (Sant’ana et al., 2021).

Além disso, evidentemente, os profissionais da educação precisam estar preparados para lidarem com o assunto, dessa forma, o desenvolvimento infantil, comportamentos preocupantes e os fluxos de atendimento à violência são conhecimentos necessários.

Métodos pedagógicos lúdicos são bons exemplos para o tratamento desse assunto. Nesse sentido, brincadeira e jogos permitem um aprendizado prazeroso, como destaca Sant’ana et al. (2021). Além disso, os chamados Livros de Abordagem Preventiva (LIAP) podem ser bons aliados no trabalho com educação sexual, conforme aponta o trecho a seguir:

Os livros com conteúdos preventivos permitem que as crianças explorem e partilhem experiências, auxiliando-as a ampliar seu entendimento sobre as complexidades da vida e do mundo e impelindo-as a enxergar a realidade sob novas perspectivas e circunstâncias. (Soma; Williams, 2014, p. 355).

Por meio deles, os alunos desenvolvem habilidades de autoproteção. De maneira geral, o conto de história e a literatura permitem este processo, já que facilitam a compreensão de riscos e encorajam a procura de ajuda, podendo ser utilizados para crianças e adolescentes. Além disso, Buxarrais (1997) propõe exercícios autoexpressivos para a abordagem de educação sexual, como filmes, músicas, contação de história, poesias, desenhos e cartas anônimas para serem discutidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões construídas até dado momento, fica evidente a dificuldade de adentrar as escolas para a realização das oficinas, além disso, foi possível perceber que não existe uma obrigatoriedade e uma disponibilidade para que os profissionais conversem sobre educação sexual com as crianças. Tais desafios podem estar atrelados à construção histórica e ao preconceito em relação à educação sexual, conforme discutido anteriormente, porém é necessária a indicação de pesquisas com os profissionais para entender quais são seus desafios, dificuldades e opiniões sobre o assunto, para que, assim, tenha-se um recorte específico do município de Tijucas.

Além disso, foi possível distinguir as turmas em que já existia algum tipo de educação sexual presente no seu dia a dia, daqueles que não. Nesse sentido, comprova-se a importância desta metodologia dentro do ambiente escolar como forma de prevenção e identificação do abuso sexual e outras violências contra crianças e adolescentes, além de propiciar indivíduos críticos sobre sua realidade e as formas em que a sexualidade os atravessam.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marielly; BONFIM, Claudia Ramos de Souza. Educação Sexual Escolar como Ferramenta de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. Educação: política, estado e formação humana, ed. 2, p. 180-189, 2023.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BUXARRAIS, Maria Rosa. La formación del profesorado en educación en valores: propuesta e materiais. Bilbao: Edit. Desclée de Browwer, 1997.
- BRASIL. Senado Federal. Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF, 4 de abril de 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, MEC / SEF, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v. 10.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.
- BRESSAN, Carla Rosane. Infância e adolescência: entre avanços e retrocessos, um longo caminho para a garantia dos direitos da criança e adolescente. Sistematização da exposição realizada na Sessão Temática do dia 21 de maio de 2016 no 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, em Belo Horizonte, Minas Gerais.
- CORTELLA, Mario Sérgio. Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.
- FRANCO-ASSIS, Greice Ayra; SOUZA, Ediane Eduão Ferreira de; BARBOSA, Adriana Gonçalves. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC. Revista Brasileira de Desenvolvimento. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 13662-13680, 2021.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide. Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio, 3. ed. rev. e atual. Londrina: EDUEL, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. Educação sexual na escola: desafios e conquistas dos educadores. In: MOURA, Railson; FIGUEIRÓ, Beatriz (org.). Educação sexual: saberes essenciais pra quem educa. Curitiba: CRV, p. 219-241, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. Educação sexual: Professores não podem doutrinar. Pais e mães podem? In: MOURA, Railson; FIGUEIRÓ, Beatriz (org.). Educação sexual: saberes essenciais pra quem educa. Curitiba: CRV, p. 243-258, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: Moura (Ed.). Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, p. 87-116, 2018.

GADOTTI, Moacir. A escola cidadã frente ao “Escola sem partido”. In: BECK, Alexandre et al.; A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, p. 149. 2016. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2017/05/escolasempartido_miolo.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

SILVA, Jeciane Ribeiro da. A ação docente na prevenção ao abuso sexual infantil. Eventos Pedagógicos, v. 9, n. 3, p. 973-986, 2018.

SANT'ANA, Karoline Vieira; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. A Importância da Educação Sexual como Instrumento de Orientação para a Identificação e Prevenção do Abuso Sexual Infantil. In: ANAIS PRINCIPAIS DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29, 2021, Cuiabá. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, p. 1266-1280, 2021. ISSN 2447-8776.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livros Infantis para Prevenção do Abuso Sexual Infantil: uma revisão de estudos. Temas em Psicologia, v. 22, n. 2, p. 353-361, 2014.

ROCHA, Leiliane. Como falar de sexualidade para crianças. Bauru: Astral Cultural, 2018.